



VII LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1998-1999)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 1 DE OUTUBRO DE 1999

### Sessão de Boas Vindas ao Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
João Cerveira Corregedor da Fonseca

## SUMÁRIO

As 17 horas e 30 minutos, e dando início à sessão solene de boas-vindas e homenagem ao Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (Xanana Gusmão), entrou na Sala do Senado o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da Assembleia da República (Almeida Santos), o Sr. Presidente do Conselho Nacional de Resistência Timorense, o Sr. Primeiro-Ministro (António Guterres), o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Director do GAREPI e o Adjunto do Presidente da Assembleia da República para os Negócios Estrangeiros.

No hemiciclo encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, o Ministro da República para a Madeira, o Procurador-Geral da República, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, o Provedor de Justiça, os Chefes dos Estados-Maiores do Exército, da Armada e da Força Aérea, o Presidente do Conselho Económico e Social, o Governador Civil de Lisboa, o Presidente da Câmara

Municipal de Lisboa, o Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, o Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e o Comissário para o Apoio à Transição em Timor Leste.

Encontravam-se ainda presentes nas tribunas, além da comitiva do Presidente do Conselho Nacional de Resistência Timorense, convidados e demais público.

Constituída a Mesa, na qual o Sr. Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense tomou lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, seguiram-se as intervenções dos Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), Carlos Carvalhas (PCP), Sílvio Rui Cervan (CDS-PP), Durão Barroso (PSD) e Francisco Assis (PS), do Sr. Presidente da Assembleia da República e do Sr. Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense.

Entretanto, foi aprovado um parecer da Comissão de Ética relativo à substituição de um Deputado do PS, tendo a sessão sido encerrada às 18 horas e 40 minutos.

*Após a entrada na Sala do Senado do Presidente do CNRT, integrado no cortejo que o acompanhava, a Assembleia saudou-o com prolongados aplausos gerais, de pé*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tenho a honra de declarar aberta esta memorável sessão de recepção e homenagem ao Sr. Comandante Xanana Gusmão.

*Eram 17 horas e 30 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

Acácio Manuel de Frias Barreiros.  
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.  
Alberto Bernardes Costa.  
Alberto de Sousa Martins.  
Albino Gonçalves da Costa.  
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes.  
António Alves Marques Júnior.  
António Alves Martinho.  
António de Almeida Santos.  
António Fernandes da Silva Braga.  
António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
António José Guimarães Fernandes Dias.  
António Manuel Carmo Saleiro.  
Arlindo Cipriano Oliveira.  
Armando Augusto de Castro Ferreira.  
Armando Jorge Paulino Domingos.  
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.  
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.  
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.  
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.  
Carlos Alberto Dias dos Santos.  
Carlos Justino Luís Cordeiro.  
Carlos Manuel Amândio.  
Carlos Manuel Luís.  
Casimiro Francisco Ramos.  
Cláudio Ramos Monteiro.  
Domingos Fernandes Cordeiro.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Fernando Antão de Oliveira Ramos.  
Fernando Garcia dos Santos.  
Fernando Manuel de Jesus.  
Fernando Pereira Serrasqueiro.  
Francisco Fernando Osório Gomes.  
Francisco José Pereira de Assis Miranda.  
Francisco José Pinto Camilo.  
Francisco Manuel Pepino Fonenga.  
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.  
Henrique José de Sousa Neto.  
João Rui Gaspar de Almeida.  
Joaquim Américo Fialho Anastácio.  
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.  
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.  
Jorge Lação Costa.  
Jorge Manuel Damas Martins Rato.  
Jorge Manuel Fernandes Valente.  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.  
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.  
José António Ribeiro Mendes.  
José Carlos Correia Mota de Andrade.

José Carlos da Cruz Lavrador.  
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.  
José da Conceição Saraiva.  
José de Matos Leitão.  
José Ernesto Figueira dos Reis.  
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.  
José Manuel de Medeiros Ferreira.  
José Manuel Niza Antunes Mendes.  
José Manuel Oliveira de Sousa Peixoto.  
José Manuel Rosa do Egipto.  
José Manuel Santos de Magalhães.  
José Maria Teixeira Dias.  
José Pinto Simões.  
Jovita de Fátima Romano Ladeira.  
Júlio da Piedade Nunes Henriques.  
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.  
Júlio Meirinhos Santanas.  
Laurentino José Monteiro Castro Dias.  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.  
Luís António do Rosário Veríssimo.  
Luís Pedro de Carvalho Martins.  
Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho.  
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.  
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Manuel António dos Santos.  
Manuel Francisco dos Santos Valente.  
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.  
Maria Eduarda Bento Alves Ferronha.  
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.  
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.  
Maria Manuela de Almeida Costa Augusto.  
Martim Afonso Pacheco Gracias.  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.  
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.  
Nelson Madeira Baltazar.  
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.  
Patricia Monte Pinto Ribeiro.  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.  
Paulo Jorge Lúcio Arsénio.  
Pedro Luís da Rocha Baptista.  
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.  
Raimundo Pedro Narciso.  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
Rui Manuel dos Santos Namorado.  
Rui Manuel Palácio Carreteiro.  
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.

**Partido Social Democrata (PSD):**

Adriano de Lima Gouveia Azevedo.  
António Costa Rodrigues.  
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.  
António Joaquim Correia Vairinhos.  
António José Barradas Leitão.  
António Moreira Barbosa de Melo.  
António Roleira Marinho.  
Arménio dos Santos.  
Carlos Eugénio Pereira de Brito.  
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.  
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.  
Carlos Manuel Marta Gonçalves.

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.  
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.  
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.  
 Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.  
 Francisco José Fernandes Martins  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.  
 Hugo José Teixeira Velosa.  
 Ismenia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco  
 João Álvaro Poças Santos  
 João Bosco Soares Mota Amaral.  
 João Calvão da Silva.  
 João Carlos Barreiras Duarte.  
 João do Lago de Vasconcelos Mota.  
 Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.  
 José Augusto Gama.  
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.  
 José Carlos Pires Póvoas.  
 José de Almeida Cesário.  
 José Guilherme Reis Leite.  
 José Júlio Carvalho Ribeiro.  
 José Luís de Rezende Moreira da Silva.  
 José Manuel Costa Pereira.  
 José Manuel Durão Barroso.  
 Lucília Maria Samoreno Ferra.  
 Luís Carlos David Nobre.  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Manuel Acácio Martins Roque.  
 Manuel Castro de Almeida.  
 Manuel Filipe Correia de Jesus.  
 Manuel Joaquim Barata Frexes.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Maria de Lourdes Lara Teixeira.  
 Maria de Lurdes Borges Póvoa Pombo Costa.  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo.  
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.  
 Pedro Augusto Cunha Pinto.  
 Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.  
 Pedro Manuel Cruz Roseta.  
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho  
 Rolando Lima Lalanda Gonçalves.  
 Rui Fernando da Silva Rio.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Almeida Figueiredo Barbosa Pombeiro.  
 António Carlos Brochado de Sousa Pedras.  
 Augusto Torres Boucinha.  
 Fernando José de Moura e Silva.  
 Ismael António dos Santos Gomes Pimentel  
 Jorge Alexandre Silva Ferreira  
 Maria Helena Pereira Nogueira Santo.  
 Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.  
 Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.  
 Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura  
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

João António Gonçalves do Amaral.  
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias.  
 Lino António Marques de Carvalho.  
 Luís Manuel da Silva Viana de Sá.  
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV).

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia.  
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

Deputados independentes:

José Mário de Lemos Damião.

O Sr. Presidente: — Dando início às intervenções programadas, tem a palavra, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Membros do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Sr.<sup>ms</sup> e Srs. Convidados. Sr.<sup>ms</sup> e Srs. Deputados, Sr. Presidente Xanana Gusmão: Em si, saúdo o rosto da resistência, a liberdade, a esperança do povo de Timor Leste, o povo que há 24 anos começou o seu drama, moldado por sangue, lágrimas e morte, e também a sua silenciosa luta de resistência, bela como porventura nenhuma outra...

A luta do povo de Timor Leste, daqueles que nasceram na terra do crocodilo sagrado, daqueles que tiveram as montanhas e a floresta como berço privilegiado e os bancos de coral como as sentinelas primeiras da sua ilha encantada.

A luta do povo de Timor Leste, daqueles que sofrem, não de hoje, não de ontem, mas de há muito, a dor de uma terra ocupada pela ditadura militar indonésia, a ocupação militar que rasgou a terra, destruiu a floresta, abriu feridas, numa tentativa inútil de isolar um povo, de apagar a sua memória, de esmagar culturalmente e de impor a resignação; a ocupação criminosa que significou o genocídio de um povo nos seus mais de 200 000 mortos; a ocupação que continuou quotidianamente a marcar a vida dos timorenses e a ser sinónimo de perseguição, espancamento, terror, violação e morte.

O sofrimento de um povo por alguns, durante anos, sabido e teimosamente lembrado — e foram muitos em Portugal —, o sofrimento de um povo hipócrita e vergonhosamente por outros sabido mas silenciado e que só a força das imagens que correram mundo obrigou a encarar, numa indignação tardia, imagens que deram testemunho vivo da brutalidade da ditadura indonésia sobre um povo mártir e imagens que permitiram o confronto das instituições internacionais com os seus próprios limites, dos Estados com as suas hipocrisias e ambiguidades, mas que permitiram, também e sobretudo, para a grande maioria dos cidadãos, o despertar para a realidade desconhecida, o consciencializar para a violência opressora de uma superpotência militar sobre um pequeno grande povo indefeso.

E a descoberta de que, algures neste planeta, num território perdido nas lonjuras, na aparente pequenez que o colorido dos mapas sugere, um povo sofria e clamava pelo dever da solidariedade internacional, um povo que foi ca-

paz de corresponder a esse desafio, vencer os medos e assombros e assumir o seu futuro, dando, numa dimensão libertadora, expressão ao seu gesto de votar. Mas um povo a quem não basta ganhar a liberdade, ter o direito à liberdade, precisa de ver cumprido o dever de garantir a paz para a exercitar.

O direito à paz que a bárbara repressão indonésia de imediato provou ser falsa, de novo gerando protestos e convocando solidariedades, solidariedades por Timor, a provar, como dizia Mia Couto, que, afinal, ainda há almas para sustentar causas, erguer vozes, recusar alheamentos, solidariedades a descerem também às ruas no nosso País, de Norte a Sul, e a tecerem, nas mais diversas latitudes, uma pressão gigantesca sobre os governos, sobre a comunidade internacional, obrigando-a a não fechar uma vez mais os olhos, a não cruzar os braços e a honrar, sem hesitações, o seu dever ético e as suas responsabilidades em relação ao povo mártir de Timor Leste, de que é seu dever, no futuro, ajudar a cuidar.

Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A situação, neste tempo, neste tempo ainda de incertezas e de perigos para milhares e milhares de mulheres e homens timorenses, desaparecidos, deportados e refugiados, reclama de nós uma resposta clara, resposta de quem acredita que «a justiça é construção nossa» e «Que Timor continua a ser o heroísmo que queremos partilhar, a utopia que queremos nossa»

Para nós, Os Verdes, a solidariedade para com Timor é urgente. É a urgência de um imperativo da própria sobrevivência deste povo. Sejamos, pois, capazes de a cumprir, para que, em Timor Leste, o sol nascente se transforme na nação de Timor Loro Sae.

Sr Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Convidados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados Termino, saudando, em nome de Os Verdes, Xanana Gusmão do mesmo modo como comecei: *Hakasolok barak ba ulun bot Xanana Gusmão*, ou seja, benvindo seja, Presidente Xanana Gusmão

*Aplausos gerais.*

O Sr Presidente — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, tem a palavra o seu Secretário-Geral, Sr Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr Carlos Carvalhas (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Convidados, Sr. Presidente do CNRT, Companheiro Xanana Gusmão: Em nome do Partido Comunista Português, em nome de uma força política que, há 42 anos, ligou a libertação do povo português da ditadura fascista à libertação dos povos submetidos ao colonialismo português e que, há 34 anos, explicitamente inscreveu no seu programa a luta pelo reconhecimento do direito à independência do povo de Timor Leste, quero saudar a sua visita a Portugal e a sua presença na sede da representação nacional e, sobretudo, em sintonia com os generosos sentimentos solidários do povo português, saudar na sua figura todo o povo de Timor Leste e o seu impressionante exemplo de coragem, determinação e confiança no futuro, pois, como há pouco nos dizia, no almoço oferecido pelo Sr Presidente da República, ele é o herói de todo este combate

Quero saudar também, na sua figura de destacado combatente da causa do povo timorense, o movimento da resistência que dirige — as FALINTIL — e todos os resis-

tentes timorenses que, pelo seu povo e pelos seus sagrados direitos, enfrentaram a dor, a tortura, o sofrimento e a morte e souberam, assim, mesmo nos tempos de horizontes mais fechados e sombrios, rasgar as avenidas de esperança desenhadas pela força das suas convicções e da sua coragem.

E, nesta ocasião, quero assegurar-lhe que, como ao longo destes sofridos e martirizados últimos 24 anos, como ao longo deste trágico período posterior à derrota dos ocupantes no referendo e ao recomeço da violência assassina sobre o seu povo, tudo faremos para que a causa da paz, da liberdade e da independência de Timor Leste continue a ser considerada uma grande causa nacional e para prolongar e manter forte e activa a vibrante solidariedade do povo português para com o povo timorense.

Por isso, aqui juntamos a voz dos comunistas portugueses à voz de todos quantos reclamam e se batem por uma rápida, generosa e eficiente assistência humanitária ao povo timorense, pelo regresso rápido de todos os exilados e deslocados à força: pela manutenção de um alto nível de pressão sobre o regime indonésio, que desencoraje novas manobras e crimes; por um amplo apoio à reconstrução da vida colectiva em Timor; por uma transição rápida, segura e pacífica em direcção à conquista plena da sua independência e à total concretização do direito do povo timorense a autogovernar-se e a decidir os seus próprios destinos.

O povo de Timor Leste e os responsáveis políticos em quem confia têm, como todos sabemos, desafios imediatos, tarefas urgentes e preocupações instantes, que, justa e imperativamente, se circunscrevem ao seu território e à sua Pátria e que continuam a reclamar uma activa solidariedade internacional.

Mas pensamos que, com a sua heróica luta e com as vitórias que, embora por alto preço, já alcançou, o povo de Timor Leste praticou também uma grande solidariedade com muitos outros povos e nações ainda hoje oprimidos, ao demonstrar, contra tantas sentenças derrotistas, contra tanta pedagogia da renúncia e da resignação, contra tantas pretensas fatalidades, que vale a pena lutar, que vale a pena ter causas, que vale a pena empunhar as bandeiras da esperança, da justiça e da liberdade.

A História registará, sem dúvida, para o olhar talvez incrédulo dos vindouros, que, entre tantas outras tragédias e crimes, foi possível, no último quartel do século XX e com uma chocante indiferença dos países mais poderosos, submeter todo um povo a 24 anos de uma ocupação totalmente ilegítima e sustentada por uma brutal, hedionda e premeditada série de crimes, violências e massivos assassinatos da responsabilidade directa de uma ditadura que, logo ao emergir, massacrrou e assassinou barbaramente centenas de milhares de democratas indonésios.

Mas confiamos que a História não deixará de registar, esperamos que com lúcida compreensão dos vindouros e para seu proveito, que nenhuma ocupação, nenhuns crimes, nenhuma violência e nenhuns assassinatos massivos conseguirão aturdir, anestesiar ou esmagar nem o apego do povo timorense à sua identidade nacional nem a sua firme, profunda e insubmissa vontade de viver livre e independente

E é essa lição maior que nos dá a certeza de que Timor vencerá!

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente — Em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o seu líder parlamentar, Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Comandante Xanana Gusmão, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Este é um dia de saudação, um dia de dupla saudação!

Tivemos o grato prazer de ter hoje, ao final da manhã, a visita do Sr. D. Ximenes Belo, homem de paz e da paz de Timor Leste e temos também hoje, aqui e agora, o privilégio de dirigir uma saudação a Xanana Gusmão, saudação ao homem, saudação à personalidade, mas sobretudo uma saudação ao povo amigo de Timor Leste

Saúdo o povo timorense nessa singular capacidade que mostrou de sofrer em silêncio, de chorar sem se ouvir, de morrer sem se lamentar, apenas e só guardado e guiado na esperança de que um dia melhor acabaria por chegar

Xanana Gusmão granjeou a admiração de muitos pela sua coragem enquanto guerrilheiro, Xanana Gusmão foi merecedor do justo elogio pela sua acção como hábil político, líder da resistência, negociador em situação injusta e difícil de prisioneiro, mas hoje, aqui, quero apenas destacar essa condição absolutamente única com que um homem, de quem muitos esperariam ódio pelas atrocidades sofridas, revolta pela injustiça vivida, vingança pelas reiteradas torturas feitas ao seu povo, brindou o mundo, ensinou o mundo, comoveu o mundo com as suas palavras de reconciliação, de amor, de paz e de perdão.

*Aplausos do CDS-PP, do PS e do PSD.*

Esta capacidade de amar, de reconciliar e de perdoar só está ao alcance de alguém cuja grandeza ultrapassa em muito o comum da condição humana.

Mas este é igualmente um dia de regozijo. Regozijo pela concretização dessa esperança, tão veementemente afirmada no referendo do dia 30 de Agosto passado, não só pelo resultado mas sobretudo pela invulgar, diria mesmo singular, participação. Quantas das democracias do mundo ocidental gostariam hoje de poder apresentar um número de participação parecido!

De facto, na primeira oportunidade que os timorenses tiveram para se libertarem, desceram das montanhas, saíram das suas casas, foram às igrejas e dirigiram-se às urnas para recuperar, com serenidade, a sua liberdade. É uma lição extraordinária para a quietude e o sossego do Ocidente, um povo que acredita nas urnas como forma de libertação

O que aconteceu depois do referendo mereceu a mais veemente reprobção de todos os países para os quais a expressão Direitos do Homem tem um significado uno e inequívoco, insusceptível de interpretações escusas ou de adaptações em função das conveniências.

É hoje uma constatação indelmentável de que a Indonésia preparou e executou um plano de genocídio demográfico, promovendo a fuga de centenas de milhares de timorenses, mas também de genocídio cultural, especificamente dirigido à eliminação da Igreja Católica, dos seus símbolos e dos seus representantes, nos quais os timorenses depositam a sua confiança e cuja presença e visibilidade ajudavam a manter aquela fé a que atrás me referi.

A envolvente de extermínio em que este genocídio se traduziu só agora, aos poucos, vai sendo conhecida, depois do interregno a que foram forçados todos aqueles que seguiram o evoluir da situação em Timor Leste após a realização do referendo, quer pela saída de Timor dos observadores internacionais, quer dos últimos jornalistas que lá restavam.

Só a repulsa que a execução metódica desta acção de extermínio causou em todas as pessoas de bem permitiu que se evoluísse para a situação actual, que, apesar de não ser boa, é, pelo menos, de esperança, de grande esperança

Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Convidados. Quero deixar aqui uma última reflexão à consciência de VV. Ex.<sup>as</sup>. se analisarem com atenção a lista dos povos que apoiaram a Indonésia nas Nações Unidas — Cuba, Irão, Iraque, Sudão e Líbia —, cedo se percebe que rapidamente se formou a coligação das ditaduras para proteger a liberdade dos tiranos.

*Aplausos do CDS-PP, do PS e do PSD*

Numa altura em que a força internacional entrou já em Timor, numa altura em que a ajuda humanitária tenta aliviar o sofrimento de um povo, resta-nos pedir a todas as instâncias nacionais e internacionais que ajudem económica e financeiramente Timor, tanto como este pequeno grande povo ensinou moralmente o mundo

Numa altura em que se fala de futuro, mas se faz também algum balanço do passado, permita-me que lhe diga, Sr. Comandante Xanana Gusmão que, se este povo, o nosso povo, o povo português, se uniu à volta da causa timorense, Timor foi também uma oportunidade singular para a alma portuguesa se revelar enquanto nação amiga, como nação fraterna, mas sobretudo como nação humana e responsável, que não esquece a sua história mas antes dela se orgulha

Nesta impossível contabilidade do deve e haver, fique V. Ex.<sup>a</sup> ciente que o que recebemos de Timor foi tanto ou mais do que aquilo que podemos dar

*Aplausos gerais*

O Sr. Presidente — Em representação do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o seu Presidente, Sr. Deputado Durão Barroso.

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr. Presidente Xanana de Gusmão, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Deputados. É com profunda emoção que, em nome do meu partido, o Partido Social Democrata, e em meu próprio nome, saúdo o líder histórico da resistência timorense e Presidente do CNRT. Ao fazê-lo, saudamos na sua pessoa o povo heróico daquele que será o oitavo estado de língua oficial portuguesa no mundo e o primeiro desses estados na região da Ásia e Pacífico

Abusa-se, hoje, do qualificativo histórico, mas não evito em utilizar esta expressão para me referir à sua presença, Sr. Presidente e meu caro amigo, nesta Assembleia

Há alguns anos atrás, quantos julgariam que este momento seria possível? Quem diria que o povo português poderia abraçar em liberdade o líder do povo amigo de Timor? Os senhores do mundo tinham decidido que o povo timorense era dispensável, que a sua independência era impossível

Tantos analistas que nos diziam que era irrealista a sua libertação! Tantos sábios da política, da diplomacia e das relações internacionais que nos diziam que jamais o pequeno povo timorense conseguiria libertar-se do jugo de uma ditadura poderosa, implacável e apoiada — não nos esqueçamos — pela cumplicidade de tantas potências que demoraram demasiado tempo a reconhecer ao povo timorense os direitos que proclamavam para os seus próprios povos.

Afinal, nem sempre os pretensos realistas e os cínicos têm razão! Afinal, ao contrário do que nos diziam esses adeptos da chamada *real politik*, as coisas nem sempre são o que são, as coisas são também aquilo que os homens querem e aquilo que os homens fazem e podemos, com a nossa vontade, mudar o mundo para melhor. Essa foi a lição do povo timorense!

Foi, pois, possível, e foi possível, desde logo, graças à coragem e à persistência do povo timorense, mas também graças à inteligência e ao tacto de Xanana de Gusmão. O povo timorense deu ao mundo uma lição de inestimável valor

Mesmo nesta época em que imperam os interesses, ainda há espaço para os valores, ainda há ideais pelos quais vale a pena lutar, ainda há causas que mobilizam as pessoas de boa vontade e é possível ao bem vencer as forças do mal.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Presidente e meu caro amigo, que foi, de facto, extraordinário o movimento que em Portugal se gerou de solidariedade para com Timor Leste, ao longo de todos estes anos mas especialmente nos últimos dias, nos dias mais difíceis, que antecederam e se seguiram à realização do referendo. De norte a sul do País, de todas as classes sociais, de todas as gerações, os portugueses comoveram-se, choraram, sofreram e revoltaram-se conjuntamente com um pequeno povo que vive geograficamente tão longe mas que está tão perto do nosso coração. Esse grito por Timor, que uniu e mobilizou toda a sociedade portuguesa foi ouvido fora do nosso país e a comunidade internacional finalmente despertou e reagiu contra a tragédia que cruelmente ameaçava condenar a vontade dos timorenses à categoria das causas sem consequência.

Agora, entramos numa nova fase, temos de mobilizar-nos para a reconstrução de Timor e é verdade que às vezes é bem mais difícil construir a paz do que vencer a guerra.

Agora, o povo de Portugal vai traduzir em solidariedade o seu movimento de simpatia e de carinho para com Timor e, em nome do meu partido, quero manifestar o nosso apoio sem reservas a uma ajuda generosa ao povo irmão de Timor.

Agora, este povo, que já mostrou que é capaz de sofrer e de resistir, vencendo, tem de demonstrar que sabe também vencer, construindo. Não é fácil, não é nada fácil, a tarefa que espera o povo timorense. E espero e desejo que os seus dirigentes, onde, além de Xanana de Gusmão, há homens notáveis, como Ximenes Belo, Ramos Horta e tantos outros que dispenso de enumerar, os fundadores desta nova nação, estejam à altura da enorme responsabilidade que detêm.

Sabemos, por experiências recentes, que nem sempre as novas nações, depois do movimento pela sua libertação, encontraram os estadistas capazes de transformarem em realidade as aspirações dos seus povos à justiça, à liberdade, à democracia e ao desenvolvimento.

Na sua figura, Presidente Xanana Gusmão, reconhecemos não apenas o líder da resistência que, com invulgar

coragem, dedicação e inteligência conduziu o povo timorense à libertação, mas vemos também o estadista que, com sabedoria e espírito de reconciliação, vai dirigir a fundação de um novo país. Um país que necessita de dirigentes capazes de mostrar invulgar espírito de servir, um país que saberá encontrar, estamos certos, os melhores caminhos para a consolidação da democracia e a prosperidade do seu povo. Um país, Timor, que todos queremos, aqui em Portugal, em breve, receber de braços abertos, democrática e fraternalmente, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o seu líder, Sr. Deputado Francisco Assis.

O Sr. Francisco Assis (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Ex.<sup>mas</sup> Convidados, Caro Comandante Xanana Gusmão: Raras vezes um parlamento democrático, que é ele próprio a expressão da liberdade e do pluralismo de um povo, tem a oportunidade, que hoje nos é concedida, de homenagear, na figura de um homem de excepção, os mais elevados valores da humanidade. O Comandante Xanana Gusmão representa como ninguém um povo admirável que soube enfrentar com uma assombrosa dignidade um destino trágico e por isso mesmo se tornou, com inteira legitimidade, um exemplo para toda a comunidade internacional.

Por muito paradoxal que isso pareça, mesmo a mais tenebrosa das tragédias comporta sempre no seu seio elementos admiráveis. Tal sucedeu também ao longo destes 24 anos em que o povo timorense foi martirizado por um invasor que a tudo recorreu com o intuito de lhe quebrar a vontade de existir. E é esse, antes de qualquer outro, o primeiro motivo de admiração que aqui queremos realçar: ante a violência, a ameaça, a perseguição, a morte, perante a desproporção assinalável de recursos, este povo resistiu em nome de uma vontade absoluta que nenhum poder foi capaz de esmagar. Quando tantos, por esse mundo fora, curvados às regras da *realpolitik*, se limitavam, quando muito, a lamentar o pesaroso destino de um pequeno povo condenado a uma morte lenta e silenciosa, os timorenses teimavam em querer existir como entidade independente, dotada de uma especificidade linguística, cultural e religiosa impeditiva de qualquer assimilação forçada.

Xanana Gusmão começa precisamente por representar este fantástico espírito de resistência: o dos homens que se refugiaram nas montanhas, decerto em inóspitas condições, em nome de um ideal e de uma vontade e que transportaram consigo, no sofrimento, no isolamento, na solidão, a ideia da liberdade e o espírito de autodeterminação de todo um povo.

Por isso, na sua pessoa, Comandante Xanana Gusmão, saudamos todos os timorenses que resistiram, que nunca permitiram que a vontade soçobrasse, que superaram todos os medos em função de uma causa que para muitos significou o sacrifício da própria vida.

Há vidas, há actos, há gestos que valem mais do que todas as proclamações retóricas, por mais justas e avisadas que estas sejam. E o percurso desses anónimos timorenses, carregando consigo, simultaneamente, a tragédia e a esperança, tornaram-se já para todos nós num símbolo imperecível da dignidade humana.

Os timorenses provaram ao mundo que um povo pode correr o risco de ser destruído pelo extermínio colectivo, pelo genocídio, mas que jamais poderá ser vencido enquanto subsistir essa vontade, quase inomeável, de nunca desistir.

Quantas horas de desespero, quantos instantes de sofrimento atroz não marcaram, nestes 24 anos, a vida de cada um dos timorenses? E, contudo, nunca neles a esperança feneceu, mesmo e sobretudo quando tudo parecia irremediavelmente perdido.

Permita-me V. Ex.<sup>a</sup>, Comandante Xanana Gusmão, que saúde agora a ságeza exemplar que tem caracterizado todo o seu comportamento. Não há nele a sombra de um ódio, um desejo de vingança, qualquer espírito de retaliação. Com que grandeza enfrentou os que o perseguiram e prenderam! Com que dignidade revelou estar à altura dos acontecimentos excepcionais que lhe tem sido dado viver! A tranquilidade, a serenidade e a sabedoria que manifesta constituem a melhor das garantias quanto ao futuro do povo de Timor Leste.

*Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.*

E é do futuro que importará agora tratar. A comunidade internacional tem o dever de concorrer de forma decisiva para a viabilização de um novo Estado destinado a ocupar o seu lugar na comunidade das nações livres e independentes

Portugal tem responsabilidades especiais contraídas para com o povo timorense. De resto, desde há algumas décadas que o nosso país se não via percorrido por uma comoção tão genuinamente partilhada como aquela que agora se verificou em torno do destino do povo timorense

Independentemente das opções ideológicas, das divergências políticas, do pluralismo cultural, os portugueses estiveram todos juntos numa solidariedade profundamente sentida para com os nossos irmãos timorenses. Por mais plurais que as sociedades sejam, é reconfortante constatar que há um fundo matricial comum assente no reconhecimento da prevalência dos direitos fundamentais, da liberdade e da democracia. Portugal inteiro esteve, sem excepções relevantes, com a luta, a dor, o sofrimento e a esperança do povo de Timor. E esse deve ser hoje um motivo de orgulho nacional por todos igualmente partilhado, por ninguém especialmente apropriado.

E chegada a hora de construir um novo país com o qual manteremos sempre uma especial ligação afectiva, forjada numa convivência histórica que, se não isenta de dificuldades e injustiças, também proporcionou esta tão íntima e sentida ligação

O mundo deve muito a Timor e aos timorenses. Deve-lhe, desde logo, um exemplo ímpar de resistência pela dignidade. Deve-lhe a emergência de uma opinião pública fortemente mobilizada, que pressionou os governos e se poderá constituir no pilar de um modelo de segurança colectiva internacional assente nos princípios fundadores da ONU. Deve-lhe ainda, e é bom não esquecer-lo, a reparação de tantas injustiças e sofrimentos verificados e praticados ao longo dos últimos 24 anos. Mas o que lhe deve, sobretudo, o que todos devemos aos timorenses, é a reconciliação com uma certa ideia de humanidade que queremos ser e poderemos vir a ser.

Em Díli, em Baucau, na vida e na morte de cada homem e de cada mulher timorense, nas casas destruídas, nos sonhos desfeitos, nas esperanças sempre renascidas esta-

va e está muito mais do que o destino de um povo. Esteve lá sempre presente, mesmo quando isso não era imediatamente perceptível, o destino da humanidade inteira, ou, pelo menos, de uma certa ideia de humanidade, aquela que perfilhamos, assente nos valores da inviolabilidade da pessoa humana, da protecção dos direitos fundamentais, da liberdade e da democracia.

*Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.*

Cabe-lhe a si, Comandante Xanana, ser neste transpor de século um dos símbolos das mais fecundas esperanças dos homens e das mulheres que habitarão o século XXI. Já todos compreendemos que os timorenses souberam e saberão estar à altura das suas responsabilidades. Que nós todos, comunidade internacional em geral e Portugal em particular, saibamos assumir também as nossas. Pelo nosso lado, e em grande parte também por inspiração do vosso exemplo, cultivamos o optimismo lúcido de quem se recusa a descer no futuro do homem. Timor e os timorenses ajudaram-nos a acreditar mais no devir da humanidade

*Aplausos gerais*

**O Sr. Presidente** — Antes de dar a palavra ao nosso ilustre visitante e homenageado, dou a palavra a mim próprio, já que também sou filho de Deus

Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Vice-Presidentes da Assembleia da República e Srs. Deputados, demais Autoridades Judiciais, Cíveis e Militares, e, como os últimos são os primeiros, caro Presidente e demais representantes do Conselho Nacional da Resistência Timorense, caro Comandante Xanana Gusmão. Raras vezes esta Assembleia terá vivido, e este Salão Nobre do velho Senado terá podido testemunhar, um momento de tão assinalado júbilo. Júbilo pela honra de podermos receber em reunião plenária — que só não tem lugar na sala própria por se encontrar inoperacional — aquela que a comunidade internacional e os seus irmãos já consagraram como legítimo representante do povo de Timor Leste

O heroísmo e o martírio até à aceitação de morrer por uma causa são formas de legitimação que não raro precedem o voto, ainda que o não dispensem. Perdoará que lhe roubemos o exclusivo dessa causa. Ainda que a diverso nível, ela é também nossa e desde antes mesmo do início da resistência do seu povo, sob a sua liderança. Sofremos o vosso sofrimento; acompanhámos, ansiosos, a vossa ansiedade; irmanámo-nos na vossa indignação. acalentámos, com não menor entusiasmo, as vossas esperanças.

Mesmo nos momentos em que acreditar parecia loucura, os heróicos patriotas de Timor Leste, liderados por si, caro Comandante, quais novos «David», enfrentaram o «Golias» indonésio munidos apenas da «funda» da sua razão e do seu amor à liberdade

Mas por longo tempo a hipocrisia dos interesses, com forte odor a petróleo e a tráfico de armas, amortizou as consciências e condicionou as chancelarias. Só que os direitos humanos têm mais recursos do que sonha a fantasia dos déspotas e aproveitaram os reflexos da crise asiática na engrenagem sócio-económica da Indonésia para fazerem ajoelhar os seus «Herodes».

Entretanto, entrancheirados nas montanhas de Timor, imbuídos do exemplo, da determinação e da coragem do seu



Comandante, que na prisão vinha a sublimar em tolerância e sabedoria o seu martírio, os soldados das FALINTIL, de espírito pronto e dedo no gatilho, continuavam a alimentar a chama sagrada da resistência ao invasor e sonhavam com uma Pátria independente e livre. Nas vilas e cidades, a resistência civil, em formas continuadas de insubordinação e de protesto, não dava tréguas aos gendarmes da opressão.

Portugal, secular companheiro de jornada e amigo do povo de Timor, enchia de inquietação os corredores da ONU. Adejava como uma acusação o direito à autodeterminação e forçava o dissimulado Alatas a aceitar encontros inconclusivos que, no entanto, tinham o efeito útil de uma contínua chamada de atenção. Foi assim que, com infinita paciência e não menor pertinácia, a diplomacia portuguesa criou espaço para o acordo que, sob a égide do Secretário-Geral da ONU, veio a ser assinado. Foi, à data, o acordo possível. Mais tarde, seguramente, o não teria sido.

A consulta popular convencionada foi mais uma lição que o povo de Timor deu ao mundo. Uma lição de civismo eleitoral única nos tempos modernos e uma lição de amor à liberdade cuja expressão nas urnas não tem paralelo conhecido.

Mas é próprio das pátrias nascerem com dor. E os patriotas de Timor ainda não haviam esgotado o cálice do seu martírio. Já se avistava no horizonte a Pátria da promessa, mas muitos mais teriam de morrer à vista dela, tudo porque os assassinos indonésios ainda não haviam saciado a sua sede de sangue. Um novo genocídio estava por cumprir. Na sua cela, aquele que sofria a maior dor, porque sofria a dor de todos os que sofriam, havia escrito: «A vida só se conquista com a morte». E noutro passo do seu belo livro de poemas, que com o virtuosismo do seu pincel documenta a sua sensibilidade, escreveu também: «Timor onde as pessoas nascem para morrer pela esperança».

Você sabia, meu caro Xanana Gusmão! Sabia que o «avô crocodilo» ainda não tinha a sua conta de amargura. E mais seres humanos inutilmente morreriam e morreram, numa das maiores «degolas de inocentes» de que há memória, imolados na ara do ódio dos lacaios de Jacarta. Raras vezes, em pleno florescimento dos Direitos do Homem, terá sido levada a tais extremos de ignominia a podridão das almas e o purgatório de um povo. O ser humano bateu no fundo.

Imagino a sua dor, querido amigo! Pregado às quatro paredes da sua clausura, a receber notícias manchadas de sangue dos seus irmãos e a ter de lhes recomendar serenidade para não dar aos assassinos o pretexto de que matavam no cenário de uma guerra civil. Que provação!

Por momentos, receei que o jugo dos interesses calasse a voz das consciências. A Indonésia é o maior país islâmico do mundo, um dos maiores produtores de petróleo, um dos mais ávidos compradores de armas, e enfrentava sublevações insulares que colocavam em risco a sua precaríssima unidade e às quais era urgente enviar um profilático aviso. Iriam os senhores do mundo, em especial os seus gendarmes, sacrificar relações e negócios por amor de um «polegarzinho» com veleidades a ser uma Pátria? No outro prato da balança, o direito à autodeterminação dos povos não autônomos jazia aparentemente inerte. Conseguiria reerguer-se como um dedo acusador e forçar os interesses a ceder o palco aos princípios e valores?

O povo português, esse, ergueu-se como uma mola. E numa catarse emocional de grau 10 da escala de Richter, que reabilitou a meus olhos o ser humano, saltou para a

rua, encheu as praças, abanou as consciências e contaminou de solidariedade a opinião pública universal. Colhidos de surpresa, os senhores do mundo, de antenas atentas ao reflexo dessa comoção nos seus potenciais eleitores, mudaram o sentido do discurso. A partir daí, a máquina da ONU desempenhou. E ainda contemporizante com as últimas exigências dos réus do crime, fez entrar em Timor uma força multinacional de promoção e manutenção da paz. Uma força que está a provocar a debandada dos assassinos, sem até agora ter conseguido evitar novas, embora esporádicas, chacinas.

Depois de terem destruído instalações da Cruz Vermelha, da UNAMET, e da Igreja Católica; depois de terem, uma vez mais em desrespeito do sagrado, assassinado padres, seminaristas e freiras, as milícias indonésias, que mais não são do que militares sem farda, continuaram a destruir, incendiar e matar, a caminho da metade ocidental da ilha, onde perigosamente se acantonam, gritando ameaças e onde multidões de patriotas timorenses justificadamente receiam a morte por agressão ou inanção, sem que a Indonésia desarme os agressores ou viabilize a repatriação dos agredidos.

Nestas condições, justificar-se-á que a ONU prolongue o seu aparente temor reverencial pela Indonésia, quando esta resiste a que, como defende o nosso país e como defende a consciência universal, se queimem etapas previstas no acordo de Nova Iorque para situações que os factos ultrapassaram? Impõe-se que, sem demora, se passe à fase III do mesmo acordo, com a aceleração possível do acesso de Timor Leste à dignidade de um novo Estado independente, sob a gestão de representantes democraticamente legitimados pelo seu povo e, desde já, em co-gestão da ONU e do Conselho da Resistência.

É também inaceitável a recusa da Indonésia em aceitar o julgamento por um tribunal internacional, adrede constituído, dos carrascos do povo indefeso de Timor! Pois como? Os autores morais dos crimes a julgarem os autores materiais? Ou a julgarem-se a si mesmos?

Inaceitável também a invocação de anteriores passividades. Por um lado, raras vezes a crueldade terá sido levada tão longe; por outro, nunca, que eu saiba, terá tido como causa próxima o exercício de um direito fundamental reconhecido pela consciência universal e garantido pela ONU.

O que foi posto em causa não foi apenas o confiado exercício, pelos patriotas timorenses, desse direito, foi a sua própria validade e o prestígio da ONU como seu garante.

Está feita a demonstração da maturidade cívica do povo de Timor. É hoje inegável a bastante preparação dos seus quadros políticos e técnicos. Demonstrado ficou também o empenhamento e a altura das suas autoridades espirituais, com destaque para a alta dignidade e prestígio dos seus bispos. O papel desempenhado pela Igreja Católica é penhor de continuidade e garantia de apego a valores. A relação de velha e sólida amizade entre os povos de Portugal e Timor assegura ao futuro das relações entre ambos um nível de cooperação recíproca sem precedentes. De fraternidade isenta de interesses menos nobres se há-de falar entre nós e de nós no tempo futuro.

E a comoção que varreu, e ainda varre, a opinião pública universal converteu Timor na mais notória, notável e amada das causas. Ou eu me engano muito ou o estremecimento colectivo provocado pelo choque das atrocidades em Timor vai traduzir-se em formas inimagináveis de solidariedade.



Por último, a garantia de que Timor tem um líder natural que, por modéstia, rejeita contornos providenciais — e faz muito bem! —, mas que nem por isso deixa de ser universalmente reconhecido e respeitado é, para uma Pátria que nasce, uma preciosa garantia

Permutam-me que valorize em particular o significado de que se reveste o traço que nos liga aos nossos irmãos de Timor. Ele ostenta, em alto grau, o *pathos* do sentimento. Já se disse que «a amizade é a forma ética do amor». É bem capaz de ser. Na antiguidade, Aristóteles distinguia a «verdadeira amizade» de todas as outras e filiava-a na virtude, com rejeição da causalidade fundada nos interesses.

Timor, para Portugal, nunca foi nem será um negócio. É o resultado de um suave encontro de séculos, durante os quais respeitámos, sem a violentar, a identidade do povo de Timor. Não teremos feito muito mais do que isso, mas isso, seguramente, fizemos. No seu secular encontro connosco, o povo de Timor, na relatividade das coisas, sentiu-se livre para ser como era. Daí a sua rica identidade de hoje, que lhe dá o direito de ser uma Pátria diferente e livre. Daí, decerto, o apreço que tem por nós e que tanto nos orgulha.

Afinal de contas, termos ajudado, estarmos ajudando e continuarmos, no futuro, a ajudar Timor a realizar o seu sonho de independência e liberdade não é senão ajudar Timor a atingir, com um quarto de século de atraso, um objectivo que em vão quisemos assegurar-lhe. Quisemos que o referendo que teve lugar agora tivesse tido lugar há mais de duas décadas. Mas imprevistos que nos ultrapassaram, e já então a Indonésia, frustraram esse desejo. Mas terem-no testemunhado os nossos amigos timorenses ajuda-os agora a não duvidar da sinceridade e da dimensão do nosso apoio. Ajudaremos, até ao limite das nossas forças, a reconstruir Timor, a desenvolver Timor, a assegurar a paz em Timor, a institucionalizar em Timor um Estado de direito democrático moderno e o mais possível desenvolvido.

Conte, Comandante Xanana Gusmão, com o afecto e a solidariedade do povo irmão de Portugal. Com a vontade política dos seus órgãos de soberania. Em particular, já que estamos na Assembleia da República, com a total disponibilidade desta, dos seus Deputados e dos partidos nela representados, para desde já assegurar ao CNRT e aos vossos futuros órgãos dirigentes toda a cooperação que estiver ao nosso alcance. Toda, absolutamente toda, com a só condição de ser por vós desejada.

Estarmos aqui a recebê-lo com a honra e o júbilo com que o fazemos é testemunho desse estado de espírito, desse desejo, dessa vontade. Lá fora, a ouvir o que aqui se passa, está mais uma vez, vibrante de entusiasmo e solidariedade, o povo português, nele incluídos timorenses que vivem entre nós e são ainda nossos concidadãos.

Hoje mesmo fizemos entrega ao Reverendo Comissário Para o Apoio à Transição em Timor Leste de um donativo da Assembleia da República, pouco mais do que simbólico, mas imbuído do significado de ter saído do nosso orçamento privativo, que está longe de ser a caixa do tesouro, por acréscimo espalhado em rubricas que nos limitam a generosidade. Fomos até onde podíamos.

É empolgante a tarefa de construir um novo Estado. O território existe e foi delimitado por séculos de história. A nação existe, plena de identidade e rica de virtudes. A coesão nacional, essencial à concretização do novo Estado nascente, não podia ser maior.

Tudo o mais está por fazer. As casas por reconstruir, as infra-estruturas por recuperar e completar, a economia

por desenvolver, os serviços por organizar, o sistema político por instituir, novas relações de convivência social por sedimentar, as feridas por sarar e por curar e ainda mortos por enterrar.

Mas atrevo-me a fazer um vaticínio: as ajudas, logo os meios, não vão faltar; as transferências do saber e das tecnologias também não, modelos organizativos vão disputar a preferência do povo de Timor. Quando assim é, ter de partir da estaca zero pode não ser inteiramente um defeito.

Mas, atenção! Mesmo a partir da independência, nem tudo serão rosas. A lógica dos interesses não caduca, os impulsos do ódio não se reformam, ser independente e livre não dispensa a vigilância.

Permuta-me que o exorte, caro Comandante, a que estímore os seus irmãos a conceberem um novo país em termos de futuro e não de passado ou de presente, de novidade e não de rotina, de visão universal e não paroquial, de valores e não de interesses, de fraternidade e não de egoísmo. Sem deixar de preservar as pérolas da vossa tão rica identidade e sem deixar de ouvir o conselho autorizado dos vossos anciãos, que continua a ter lugar nas democracias modernas.

É bom não precisar de lhe lembrar que a liberdade, talvez mais do que a própria vida, é o supremo bem. Acabais de dar essa lição ao mundo.

A todo nós apetecia continuar aqui, sem limite de tempo, a conversar consigo, caro Comandante Xanana Gusmão. Mas o tempo é cada vez mais um bem escasso, sobretudo para quem tem de, urgentemente, presidir à construção de uma nova Pátria. Gloriosa há-de ela ser! Que sonho seja o vosso futuro!

Se me permite, faço um último conselho em forma de pedido: não deixe nunca de pintar e de fazer versos! O mundo precisa de pintores e de poetas. De fariseus tem quanto basta!

#### *Aplausos gerais*

Srs. Deputados, chegou o grande momento de dar a palavra e de podermos ouvir o nosso querido irmão, Comandante Xanana Gusmão.

Tem a palavra, querido amigo.

O Sr. Xanana Gusmão (Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense) — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. António de Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Distintos Deputados, Senhoras e Senhores. Quando saí de Jacarta, nunca pensei que podia chegar até aqui. O meu primeiro desejo, depois de ser livre e pensando que me ia libertar da prisão, era regressar a Timor.

Hoje, estou aqui perante os digníssimos representantes do povo-irmão português. Desde esta manhã que ando à procura de palavras para exprimir a emoção que me ferve na alma, os sentimentos que me fervilham no coração, tentando fazer transparecer a todos os sentimentos do meu próprio povo.

É uma honra, não só para mim, pessoalmente, mas também para o povo timorense, poder falar hoje, aqui, diante dos representantes do povo português que conseguiram manter na Constituição a obrigação para com a causa de Timor Loro Sae, que se tornou causa nacional em Portugal. E foi este princípio, esta causa, este ideal que nos uniram durante 24 anos, mesmo em difíceis circunstâncias.

em que não havia outra ligação que a ligação do espírito entre duas almas-irmãs, duas almas que se expressavam na mesma língua e pensavam nos mesmos ideais, até aos últimos anos, em que até eu próprio, de uma prisão, podia falar para o mato e podia falar com representantes do Governo português.

A luta foi difícil. Mas não venho transmitir essa luta, porque o povo de Portugal, os órgãos de soberania portugueses, os representantes deste povo, de quem acabo de receber carinho e solidariedade, conhecem-na tanto ou melhor do que eu. Apenas venho transmitir — não já uma mensagem de dor, porque a dor sofremo-la todos, vós e nós, porque a dor sentimo-la todos, vós juntamente connosco — uma mensagem do meu povo, um apelo à vida, um apelo à felicidade, um apelo a uma contribuição mais concreta. E sei que tudo, Portugal, os seus órgãos de soberania e o povo português, nos concederão, para que das cinzas da destruição, que sentimos, possamos reconstruir algo novo, algo com o vosso apoio, algo com o apoio da vossa experiência, porque nós, realmente, vamos enfrentar novos desafios, talvez mais difíceis do que resistir a uma guerra, talvez mais difíceis do que lutar pelo nosso direito.

Já o afirmei: sinto-me pequeno, mesmo pequeno, neste oceano de carinho e de amor que concedeis ao povo de Timor Leste. Sinto-me pequeno, porque não sou um herói. O herói, o verdadeiro herói, é o povo de Timor Loro Sae.

*Aplausos gerais.*

Foi com aquele povo que aprendemos a lutar, foi com aquele povo que aprendemos a dirigir e foi com aquele povo que aprendemos até a reganhar sempre novas energias para, há poucas semanas, determinar o nosso destino. E devo afirmar aqui que nós, os seus filhos, que nos tornámos líderes, que nos tornámos os mais responsáveis pelo seu destino, pela sua luta, vamos continuar a aprender com aquele povo, que conheceis e que já demonstrou uma férrea determinação para vencer. E nós vamos vencer! Vamos construir o novo, a paz, o amor, o progresso. E aquele povo, mais uma vez, com a vossa ajuda, com a ajuda do povo português, dos órgãos de soberania portugueses e dos representantes do povo português, em particular, e com a ajuda da comunidade internacional, vai das cinzas construir o novo. É disso que tenho a certeza e é essa certeza que estou a receber hoje, desde a manhã até agora, dos distintos representantes do povo-irmão português.

*Aplausos gerais, de pé.*

O Sr. Presidente — Declaro encerrada esta memorável reunião plenária, à qual se segue uma breve sessão de cumprimentos no Salão Nobre da Assembleia, para a qual estão todos convidados.

Porém, antes de saírem, vou dar conta de um parecer da Comissão de Ética relativo à substituição do Sr. Deputado António Vitorino (PS), nos termos do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados, por Ana Catarina Mendonça (PS).

Não havendo oposição, considera-se aprovado  
Srs. Deputados, está encerrada a sessão

*Eram 18 horas e 40 minutos.*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

Antero Gaspar de Paiva Vieira.  
António Bento da Silva Galamba.  
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.  
Fernando Alberto Pereira de Sousa.  
Fernando Alberto Pereira Marques.  
José Sampaio Lopes.  
Mário Manuel Videira Lopes.  
Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos.  
Victor Brito de Moura.

**Partido Social Democrata (PSD):**

Alberto Queiroga Figueiredo.  
Álvaro dos Santos Amaro.  
Antonino da Silva Antunes.  
António d'Orey Capucho.  
António de Carvalho Martins.  
António dos Santos Aguiar Gouveia.  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado.  
António Fernando da Cruz Oliveira.  
António Manuel Taveira da Silva.  
António Paulo Martins Pereira Coelho.  
Artur Ryder Torres Pereira.  
Domingos Dias Gomes.  
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.  
Fernando Santos Pereira.  
Herminio José Sobral Loureiro Gonçalves.  
João Eduardo Guimarães Moura de Sá.  
Joaquim Manuel Cabrita Neto.  
Joaquim Martins Ferreira do Amaral.  
José Augusto Santos da Silva Marques.  
José Luís Campos Vieira de Castro.  
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.  
Manuel Alves de Oliveira.  
Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.  
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.  
Mário da Silva Coutinho Albuquerque.  
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.  
Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.  
Sérgio André da Costa Vieira.  
Vasco Manuel Henriques Cunha.

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):**

Bernardo Coelho de Pinho.  
Francisco Amadeu Gonçalves Peixoto.  
Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.  
Pedro José Del Negro Feist.

**Partido Comunista Português (PCP):**

António João Rodeia Machado.  
António Luís Pimenta Dias.  
Maria Luísa Raimundo Mesquita.  
Maria Odete dos Santos.

**Deputados independentes:**

Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.





Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTE NÚMERO 120\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativo a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 55 - 1000-000 Lisboa.